

FISCAL & TRIBUTÁRIO

Consultora: Ivanilde Scarton

Federal

Instrução Normativa RFB nº 924, de 20.02.2009 – DOU 1 de 26.02.2009.
Aprova, para o ano-calendário de 2009, o programa multiplataforma Ganhos de Capital em Moeda Estrangeira, relativo ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Instrução Normativa RFB nº 923, de 20.02.2009 – DOU 1 de 26.02.2009.
Aprova o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2009, ano-calendário de 2008 (IRPF2009), para uso em computador que possua a máquina virtual Java (JVM), versão 1.4.2 ou superior, instalada

Instrução Normativa RFB nº 922, de 20.02.2009 – DOU 1 de 25.02.2009.
Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 590, de 22 de dezembro de 2005, relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2008 a junho de 2009.

Instrução Normativa RFB nº 920, de 10.02.2009 – DOU 1 de 20.02.2009.
Altera os arts. 8º e 11 a Instrução Normativa RFB nº 888, de 19 de novembro de 2008, que dispõe sobre a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf).

Instrução Normativa RFB nº 919, de 18.02.2009 - DOU 1 de 20.02.2009.
Altera a Instrução Normativa RFB nº 884, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em nome da União, o Distrito Federal e os Municípios para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Instrução Normativa RFB nº 918, de 10.02.2009 – DOU 1 de 11.02.2009.
Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda referente ao exercício de 2009, ano-calendário de 2008, pela pessoa física residente no Brasil.

Instrução Normativa RFB nº 917, de 09.02.2009 – DOU 1 de 11.02.2009.
Altera a Instrução Normativa RFB nº 834, de 26 de março de 2008, que dispõe sobre procedimentos fiscais dispensados aos consórcios constituídos nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976

Instrução Normativa RFB nº 916, de 06.02.2009 – DOU 1 de 09.02.2009.
Aprova, para o ano-calendário de 2009, o programa multiplataforma Recolhimento

Mensal Obrigatório (carnê-leão), relativo ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Instrução Normativa RFB nº 915, de 06.02.2009 – DOU 1 de 09.02.2009. Aprova, para o ano-calendário de 2009, o programa aplicativo Ganhos de Capital, relativo ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Instrução Normativa RFB nº 914, de 06.02.2009 – DOU 1 de 09.02.2009. Aprova, para o ano-calendário de 2009, o programa multiplataforma Livro Caixa da Atividade Rural, relativo ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Instrução Normativa RFB nº 913, de 06.02.2009 – DOU 1 de 09.02.2009. Aprova os formulários para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativa ao exercício de 2009, ano-calendário de 2008.

Instrução Normativa RFB nº 911, de 03.02.2009 – DOU 1 de 04.02.2009. Altera a Instrução Normativa RFB nº 902, de 30 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o parcelamento para ingresso no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), de que trata o art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

Decreto nº 6.770, de 10.02.2009 – DOU 1 de 11.02.2009. Dá nova redação ao § 2º do art. 10 do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – CGITR e dispõe sobre a forma de opção de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, para fins de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Decreto nº 6.761, de 05.02.2009 - DOU 1 de 06.02.2009. Dispõe sobre a aplicação da redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.

Decreto nº 6.760, de 05.02.2009 - DOU 1 de 06.02.2009. Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004, que cria o Garantia-Safra e dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.

Medida Provisória nº 457, de 10.02.2009 - DOU 1 de 11.02.2009. Altera os arts. 96 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Estadual

IN DRP 13/2009 - ICMS/RS - Alteração na IN DRP nº 45/1998, no que se refere ao acréscimo do valor da UIF-RS relativo ao mês de março de 2009.

IN DRP 12/2009 - ICMS/RS - Alteração na IN DRP nº 45/1998, no que se refere às bases legais citadas pelo subitem 5.6.2, do Capítulo VI do Título I do RICMS, que trata do sistema especial de pagamento do imposto.

IN DRP 11/2009 - ICMS/RS - Alterações na IN 45/1998, referentes aos preços de referência nas saídas de suínos vivos para abate.

Dec. 46189/2009 - ICMS/RS - Alterações no Decreto nº 45.122/2007, que instituiu o Programa Especial de Regularização Fiscal das ME e EPP, para ingresso no Simples Nacional, quanto ao prazo para requerimento e pagamento da parcela inicial, dentre outras.

Dec. 46176/2009 - Instituição do Comitê Estadual de implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e da Lei Geral da Micro empresa e Empresa de Pequeno Porte.

Dec. 46175/2009 - ICMS/RS - Alterações do RICMS, relativas à Nota Fiscal Eletrônica.

Dec. 46174/2009 - ICMS/RS - Alterações do RICMS, relativas aos produtos acabados de informática e automação.

Dec. 46173/2009 - ICMS/RS - Alterações do RICMS, relativas ao crédito fiscal e à autorização de impressão de documentos fiscais.

Dec. 46224/2009 - ICMS/RS - Alterações no RICMS, no que se refere ao crédito fiscal presumido assegurado aos produtores e destinatários das saídas interestaduais e internas a não-contribuinte de alho de produção própria, dentre outras.

TRABALHISTA & PREVIDENCIÁRIO

Consultora: Scheila Panozzo

PORTARIA NORMATIVA SRH Nº 1, DE 30.01.2009, DOU 1 DE 02.02.2009 - Revoga o parágrafo único do art. 26 da Portaria Normativa SRH nº 7, de 24 de agosto de 1999, para permitir a percepção de vencimento básico inferior ao salário mínimo no caso de redução de jornada de trabalho com remuneração proporcional para os servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.

RESOLUÇÃO SRH Nº 587, DE 30.01.2009, DOU 1 DE 02.02.2009 - Dispõe sobre o reajuste do valor do benefício seguro-desemprego, a partir de 1º de fevereiro de 2009.

LEI Nº 11.907, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009, DOU 1 DE 03.02.2009 – RET. DOU 1 DE 04.02.2009 - Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar;

PORTARIA MPS Nº 25, DE 03.02.2009, DOU DE 04.02.09 - Estabelece que, para o mês de janeiro de 2009, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo INSS é de R\$ 584,86 (quinhentos oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COTEC Nº 2, DE 03.02.2009, DOU 1 DE 05.02.2009 - Aprova a versão 4.1 do Programa Gerador do Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação.

DECRETO Nº 6.765, DE 10.02.2009, DOU DE 11.02.2009 - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 1º de fevereiro de 2009

ATO CD S/Nº, DE 10.02.2009, DOU 1 DE 12.02.2009 - O Presidente da Câmara dos Deputados informa que o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 446, de 10 de novembro de 2008, que "Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências."

PORTARIA MPS Nº 47, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009, DOU DE 12.02.09 - Pecúlio - Concessão de benefícios no âmbito de acordos internacionais e salário-de-contribuição - Restituição de importância recebida indevidamente pelo beneficiário - Revisão de benefícios - Fatores de atualização para o mês de fevereiro/2009.

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 590, DE 11.02.2009, DOU DE 12.02.2009 - Dispõe sobre o pagamento, em caráter excepcional, do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da pesca, estabelecido pela Instrução Normativa nº 02, de 30 de janeiro de 2009 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 591, DE 11.02.2009, DOU DE 12.02.2009 - Dispõe sobre o pagamento da bolsa de qualificação profissional instituída pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, que acresceu artigos à Lei nº 7.998, de 1990.

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 592, DE 11.02.2009, DOU 1 DE 13.02.2009 - Aprova os critérios técnicos que orientarão o prolongamento do prazo do benefício do Seguro-Desemprego aos setores mais atingidos pelo desemprego, identificados pelo MTE por meio do CAGED.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 48, DE 12.02.2009, DOU 1 DE 13.02.2009 - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social e dá outras providências.

ATO CN Nº 2, DE 13.02.2009, DOU 1 DE 16.02.2009 - Prorroga a vigência da Medida Provisória nº 447, de 14.11.2008, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.08.2001, e as Leis nºs 10.637, de 30.12.2002, 10.833, de 29.12.2003, 8.383, de 30.12.1991, 11.196, de 21.11.2005, 8.212, de 24.07.1991 e 10.666, de 08.05.2003 para alterar o prazo de pagamento dos impostos e das contribuições federais especificadas.

PORTARIA MTE Nº 202, DE 20.02.2009, DOU DE 25.02.2009 - Prorroga, por mais noventa dias, o prazo para conclusão das atividades do Grupo de Trabalho que trata a Portaria nº 1001, de 4 de dezembro de 2008 com o objetivo de dar cumprimento ao Acórdão nº 3213/2008 do Tribunal de Contas da União, que trata do processo de Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, exercício 2005.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Coordenadora: [Luciane Ramos Duarte](#)

CIRCULAR SECEX nº 10, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009 – D.O.U. de 18/02/2009. Torna público que foram submetidos ao DECEX, desta Secretaria, pedidos de importação de bens usados relacionados no anexo. As manifestações sobre a existência de produção nacional deverão ser dirigidas ao DECEX, no endereço e prazo que estabelece.

CIRCULAR SECEX Nº 09, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009 – D.O.U. de 12/02/2009. Torna público que poderá ser concedido tratamento tarifário preferencial às exportações brasileiras destinadas à União Européia de tabaco light air cured do tipo Burley (incluindo os híbridos de Burley), tabaco light air cured do tipo Maryland, tabaco flue cured do tipo Virginia e de tabaco fire cured, desde que acompanhadas pelo "Certificado de Autenticidade de Tabacos".

CIRCULAR SECEX Nº 08, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009 – D.O.U. de 12/02/2009. Torna público o encerramento, no dia 07 de novembro de 2009, do prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de nitrato de amônio (NCM 3102.30.00, 3105.51.00 e 3105.59.00), originárias da Federação Russa e da Ucrânia.

CIRCULAR SECEX Nº 07, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 – D.O.U. de 04/02/2009. Torna pública a atualização dos preços de referência, para fins de cálculo de direito antidumping, aplicado nas importações brasileiras PVC-S (NCM 3904.10.10), originárias dos Estados Unidos da América e do México.

CIRCULAR SECEX Nº 06, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 – D.O.U. de 04/02/2009. Torna pública a decisão de reajustar os valores constantes do Compromisso de Preços, firmado para amparar as importações brasileiras de resinas de policarbonato (NCM 3907.40.90), quando originárias dos Estados Unidos da América e da União Européia.

CIRCULAR SECEX Nº 05, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 – D.O.U. de 04/02/2009. Torna pública a atualização do valor de referência, para fins de cálculo de direito antidumping, aplicado nas importações brasileiras de metacrilato de metila (MMA), classificado na NCM 2916.14.10, originárias da Alemanha, da Espanha, da França e do Reino Unido.

Resolução CAMEX nº 10, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 18/02/2009. Altera o inciso I do art. 1º da Resolução CAMEX nº 27, de 06/05/2008

Resolução CAMEX nº 09, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 09/02/2009. Nega provimento ao Recurso Administrativo interposto contra a Resolução nº 79, de 18 de dezembro de 2008, que aplicou direito antidumping definitivo nas importações brasileiras de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhões, quando originárias da República Popular da China.

Resolução CAMEX nº 08, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 09/02/2009. Nega provimento ao Recurso Administrativo interposto contra a Resolução nº 79, de 18 de dezembro de 2008, que aplicou direito antidumping definitivo nas importações brasileiras de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhões, quando originárias da República Popular da China.

Resolução CAMEX nº 07, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 09/02/2009. Nega provimento ao Recurso Administrativo interposto contra a Resolução nº 71, de 4 de novembro de 2008, que aplicou e suspendeu, por um ano, o direito antidumping definitivo nas importações brasileiras de nitrato de amônio e de nitrato de amônio estabilizado (binário), quando originárias da Federação Russa e da Ucrânia.

Retificação da Resolução CAMEX nº 6, de 03 DE FEVEREIRO DE 2009. Retifica a Resolução CAMEX nº 6, de 03./02/2009. Publicada no D.O.U. de 18/02/2009.

Resolução CAMEX nº 06 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 04/02/2009. Altera para 2% até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, da lista anexa, na condição de Ex-tarifários.

Resolução CAMEX nº 05 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 04/02/2009. Altera para 2% até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, da lista anexa, na condição de Ex-tarifários.

Resolução CAMEX nº 04 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 04/02/2009. Altera para 0% até 31 de dezembro de 2010, a alíquota ad valorem do Imposto de Importação incidente sobre Rins Artificiais, na condição de Ex-tarifário especial.

Resolução CAMEX nº 03, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 04/02/2009. Encerra a revisão do direito antidumping aplicado nas

importações brasileiras de glifosato (n-fosfonometil glicina), em suas diferentes formas e graus de concentração (NCM 2931.00.32, 2931.00.39 e 3808.93.24), originárias da República Popular da China, com a prorrogação do direito antidumping, a ser recolhido sob a forma de alíquota ad valorem de 2,1%.

Resolução CAMEX nº 02, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009, publicada no D.O.U. de 04/02/2009. Encerra a revisão do direito antidumping aplicado nas importações de lápis de madeira com mina grafite e de cor (NCM 9609.10.00), originárias da República Popular da China, com a manutenção dos direitos antidumping em vigor.

Portaria SECEX nº 3, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009 – DOU de 20.02.09. Dispõe sobre importação de têxteis e pneumáticos e exportação em consignação

Portaria SECEX nº 2, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009 - DOU de 20.02.09
Dispõe sobre operações de comércio exterior

ECONOMIA & ESTATÍSTICA

Consultor: Cleber Roberto Crema

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

Ato Declaratório Executivo Cosit nº 05 – 10 de fevereiro de 2009 - DOU 12/02/2009

Divulga taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço.

Art. 1º Para fins de determinação do lucro real, no reconhecimento das variações monetárias decorrentes de atualizações de créditos ou obrigações em moeda estrangeira, quando da elaboração do balanço relativo ao mês de **janeiro** de 2008, na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas em geral, serão utilizadas as taxas de compra e de venda disponíveis no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), em **30 de janeiro** de 2009.

Art. 2º As cotações das principais moedas a serem utilizadas nas condições do art. 1º deste Ato Declaratório Executivo são:

Janeiro/2009

Código	Moeda	Cotação Compra R\$	Cotação Venda R\$
220	Dólar dos Estados Unidos	2,31540	2,31620
978	Euro	2,96739	2,96911
425	Franco Suíço	1,99672	1,99827
470	Iene Japonês	0,025760	0,025779

540	Libra Esterlina	3,34691	3,34899
-----	-----------------	---------	---------

Ato Declaratório Executivo Cosit nº 06 – 25 de fevereiro de 2009 - DOU 26/02/2009

Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de **março** de 2009.

Artigo único. Para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior:

I - os rendimentos em moeda estrangeira que forem recebidos no mês de **março** de 2009, bem assim o imposto pago no exterior, serão convertidos em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra no dia **13/02/2009**, cujo valor corresponde a **R\$ 2,2672**;

II - as deduções que serão permitidas no mês de **fevereiro** de 2009 (incisos II, IV e V do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995) serão convertidas em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para venda no dia **13/02/2009**, cujo valor corresponde a **R\$ 2,2680**.

INDICES

ÍNDICES NACIONAIS DE INFLAÇÃO (%)														
	Jan 2009	Fev 2009	Mar 2009	Abr 2009	Mai 2009	Jun 2009	Jul 2009	Ago 2009	Set 2009	Out 2009	Nov 2009	Dez 2009	Acumulado	
													No ano	12 m
IGP - DI (FGV)	0,01												0,01	8,05
IPA - DI (FGV)	-0,33												-0,33	8,27
IPA - Agro (FGV)	2,07												2,07	2,11
IPA - Ind. (FGV)	-1,16												-1,16	10,67
IPC - DI (FGV)	0,83												0,83	5,92
INCC - DI (FGV)	0,33												0,33	11,82
IGP - M (FGV)	-0,44	0,26											-0,18	7,86
IPA - M (FGV)	-0,95	0,20											-0,75	7,97
IPC - M (FGV)	0,75	0,40											1,15	5,99
INCC - M (FGV)	0,26	0,35											0,61	11,73
INPC (IBGE)	0,64												0,64	6,43
IPCA (IBGE)	0,48												0,48	5,84
IPCA - E (IBGE)													6,10	6,10

ÍNDICES REGIONAIS DE INFLAÇÃO (%)														
IPC - SP (FIPE)	0,46	0,27											0,74	6,19
ICV - SP (DIEESE)	0,69												0,69	5,90
IPC - POA (IEPE)	0,51												0,51	7,61
IPC-UCS (IPES)	0,59												0,59	8,02

Taxa Selic

MÊS/ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Janeiro	0,00%	2,58%	1,73%	2,67%	2,18%	1,46%	1,27%	1,53%	1,97%	1,27%	1,38%	1,43%	1,08%	0,93%	1,05%

Fevereiro	3,63%	2,35%	1,67%	2,13%	2,38%	1,45%	1,02%	1,25%	1,83%	1,08%	1,22%	1,15%	0,87%	0,80%	0,86%
Março	2,60%	2,22%	1,64%	2,20%	3,33%	1,45%	1,26%	1,37%	1,78%	1,38%	1,53%	1,42%	1,05%	0,84%	
Abril	4,26%	2,07%	1,66%	1,71%	2,35%	1,30%	1,19%	1,48%	1,87%	1,18%	1,41%	1,08%	0,94%	0,90%	
Mai	4,25%	2,01%	1,58%	1,63%	2,02%	1,49%	1,34%	1,41%	1,97%	1,23%	1,50%	1,28%	1,03%	0,88%	
Junho	4,04%	1,98%	1,61%	1,60%	1,67%	1,39%	1,27%	1,33%	1,86%	1,23%	1,59%	1,18%	0,91%	0,96%	
Julho	4,02%	1,93%	1,60%	1,70%	1,66%	1,31%	1,50%	1,54%	2,08%	1,29%	1,51%	1,17%	0,97%	1,07%	
Agosto	3,84%	1,97%	1,59%	1,48%	1,57%	1,41%	1,60%	1,44%	1,77%	1,29%	1,66%	1,26%	0,99%	1,02%	
Setembro	3,32%	1,90%	1,59%	2,49%	1,49%	1,22%	1,32%	1,38%	1,68%	1,25%	1,50%	1,06%	0,80%	1,10%	
Outubro	3,09%	1,86%	1,67%	2,94%	1,38%	1,29%	1,53%	1,65%	1,64%	1,21%	1,41%	1,09%	0,93%	1,18%	
Novembro	2,88%	1,80%	3,04%	2,63%	1,39%	1,22%	1,39%	1,54%	1,34%	1,25%	1,38%	1,02%	0,84%	1,02%	
Dezembro	2,78%	1,80%	2,97%	2,40%	1,60%	1,20%	1,39%	1,74%	1,37%	1,48%	1,47%	0,99%	0,84%	1,12%	

Taxa de Juros Selic - Acumulados

Mês / Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Janeiro	110,10	92,00	71,54	56,29	38,68	24,90	13,80	1,86
Fevereiro	108,85	90,17	70,46	55,07	37,53	24,03	13,00	1,00
Março	107,48	88,39	69,08	53,54	36,11	22,98	12,16	
Abril	106,00	86,52	67,90	52,13	35,03	22,04	11,26	
Mai	104,59	84,55	66,67	50,63	33,75	21,01	10,38	
Junho	103,26	82,69	65,44	49,04	32,57	20,10	9,42	
Julho	101,72	80,61	64,15	47,53	31,40	19,13	8,35	
Agosto	100,28	78,84	62,86	45,87	30,14	18,14	7,33	
Setembro	98,90	77,16	61,61	44,37	29,08	17,34	6,23	
Outubro	97,25	75,52	60,40	42,96	27,99	16,41	5,05	
Novembro	95,71	74,18	59,15	41,58	26,97	15,57	4,03	
Dezembro	93,97	72,81	57,67	40,11	25,98	14,73	2,91	

Mês / Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Janeiro	278,03	236,74	213,12	189,83	164,74	142,44	126,44
Fevereiro	274,40	234,39	211,45	187,70	162,36	140,99	125,42
Março	271,80	232,17	209,81	185,50	159,03	139,54	124,16

TR/MÊS:	0,0451	UPF:	R\$ 11,0617	TJLP:	6,25%
CUB:	Não	DÓLAR MÉDIO:	R\$ 2,3123	VRM:	R\$ 18,59
TBF MÊS:	0,9550	POUPANÇA MÊS:	0,5453	SAL. MÍN.:	R\$ 465,00

Informações Técnicas – Número 140 – Caxias do Sul – Fevereiro de 2009

Uma publicação:

Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul – CIC

Rua Ítalo Victor Bersani, 1134 – Bairro Jardim América

CEP 95050-520 – Caxias do Sul

Tel.: (54) 3218 80 00

Fax.: (54) 3218 80 48

e-mail: cic@cic-caxias.com.br

<http://www.cic-caxias.com.br>
